



## O acesso à moradia e a titularidade habitacional das mulheres trabalhadoras: reflexões a partir do caso João Pessoa - PB

Katia Cristina do Vale<sup>1</sup>  
María Franco García<sup>2</sup>

### RESUMO

O artigo intitulado “O acesso à moradia e a titularidade habitacional das mulheres trabalhadoras: reflexões a partir do caso João Pessoa – PB, tem como objetivo refletir sobre o processo de precarização do trabalho e da vida das mulheres de baixa renda no espaço urbano da cidade de João Pessoa. Nosso interesse é analisar os impactos que as políticas públicas de habitação social de titularidade feminina – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) implementado desde 2009 até 2018 - tem ocasionado, tanto no espaço urbano quando na vida das mulheres beneficiadas.

As metodologias priorizadas são: a) a análise bibliográfica e documental, com o intuito de encontrar contribuições pertinentes ao tema da pesquisa e; b) trabalhos de campo nas áreas de pesquisa selecionadas: os residenciais construídos pelo PMCMV com prioridade de titularidade feminina na cidade de João Pessoa.

Os resultados apresentados são produto da análise de dados e coleta de informações em campo, numa amostra de 364 questionários aplicados em 07 residenciais visitados. Sucintamente, mostram-nos que: a) 40% das entrevistadas exercem alguma atividade remunerada; b) 42% das mulheres recebem mensalmente menos de 1 salário mínimo, 48%, 1 salário mínimo, 10%, 2 salários mínimos e 2% até 3 salários mínimos; c) 63% das mulheres entrevistadas se declararam “desempregadas”, 16% aposentadas, 18% dona de casa e; d) 52% das entrevistadas afirmaram serem as titulares dos imóveis, ou seja, fazem parte do cadastro do PMCMV e 48% adquiriram os imóveis por repasse (25%), moram de aluguel (55%) e outros (20%).

**Palavras-chave:** Mulheres trabalhadoras, habitação social, políticas públicas.

### ABSTRACT

The article entitled “Access to housing and housing ownership of working women: reflections based on the João Pessoa case – PB, aims to reflect on the process of precarious work and life for low-income women in the urban space of the city by João Pessoa. Interested in understanding the impacts that public policies on female-owned social housing – Minha Casa Minha Vida Program (PMCMV) implemented from 2009 to 2018 have had, both in the urban space and in the lives of the women benefiting. The prioritized methodologies are: a) bibliographic and documentary analysis, with the aim of finding contributions relevant to the research topic and; b) fieldwork in the selected research areas - residential buildings built by the Minha Casa Minha Vida-PMCMV Program with priority for female ownership in the city of João Pessoa. At this point, we present preliminary results from the collection of information and data in the field, in a sample of 364 questionnaires applied in 07 residential homes visited. The results indicate that: a) 40% of those interviewed carry out some paid activity, b) 42% of women receive less than 1 minimum wage per month; 48%, 1 minimum wage; 10%, 2 minimum wages and 2% up to 3 minimum wages; c) 63% of women interviewed declared themselves “unemployed”; 16% retired; 18% housewife; d) 52% of the interviewees stated that they are the owners of the properties, that is, they are part of the PMCMV registry and 48% acquired the properties through transfer (25%), rented (55%) and others (20%).

**Keywords:** Working women, social habitation, public policies

<sup>1</sup> Membro do CEGeT-PB, Universidade Federal da Paraíba, UFPB - João Pessoa, Brasil.  
[katiacrisvale@yahoo.com.br](mailto:katiacrisvale@yahoo.com.br)

<sup>2</sup> Coordenadora do CEGeT-PB, Universidade Federal da Paraíba, UFPB - João Pessoa, Brasil.  
[mmartillo@gmail.com](mailto:mmartillo@gmail.com)

O trabalho que apresentamos para discussão no GT 31: GEOGRAFIA DO TRABALHO do XV ENANPEGE forma parte da pesquisa de doutorado, intitulada: “Gênero e espaço urbano: políticas públicas de habitação e acesso das mulheres trabalhadoras à moradia em João Pessoa, Brasil”, que está sendo desenvolvida junto ao Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), João Pessoa, Brasil.

Um dos nossos objetivos é refletir sobre o processo de precarização do trabalho e da vida das mulheres de baixa renda no espaço urbano da cidade de João Pessoa. Interessa-nos entender os impactos que as políticas públicas de habitação social de titularidade feminina – Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) - implementadas desde 2009 até 2018 tem ocasionado, tanto no espaço urbano quando na vida das mulheres beneficiadas.

O PMCMV surgiu como medida de reestruturação do setor produtivo brasileiro diante da chamada crise dos *Subprimes* americanos que, em 2008, provocou a quebra de bancos mundialmente e impactou a economia financeirizada global (KLINTOWITZ, 2016; AMORE, 2015). Através do PMCMV, o governo brasileiro viu uma maneira de ajudar o setor produtivo da construção civil e evitar o aprofundamento da crise do mercado (AMORE, 2015), confirmando, assim, o importante papel desempenhado pela construção civil no desenvolvimento econômico e social do Brasil.

Nesse contexto, o PMCMV foi aprovado pela medida provisória nº 459, em 25 de março de 2009, instituído pela Lei 11.997, de 7 de julho de 2009, que cria o que, no seu artigo 1º, afirma ter como finalidade a produção de moradias para as famílias de baixa renda, sendo está a legislação que rege a 1º fase do Programa (2009-2010) como um todo. Como afirma o Artigo 1º,

O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais, para famílias com renda mensal de até R\$ 4.650,00 (quatro mil, seiscentos e cinquenta reais) (BRASIL, 2009).

O Artigo 35-A é do interesse da nossa pesquisa, já que introduz uma mudança significativa na legislação sobre a titularidade dos imóveis concedidos pelo poder público, indicando que seja, preferencialmente, no nome da mulher chefe de família a concessão dessa titularidade. Assim, como descrito,

Nas hipóteses de dissolução de união estável, separação ou divórcio, o título de propriedade do imóvel adquirido no âmbito do PMCMV, na constância do casamento

ou da união estável, com subvenções oriundas de recursos do orçamento geral da União, do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR)<sup>3</sup> e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS)<sup>4</sup>, será registrado em nome da mulher ou a ela transferido, independentemente do regime de bens aplicável, excetuados os casos que envolvam recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS<sup>5</sup> (BRASIL, 2012).

O PMCMV foi responsável pelo processo de redefinição socioespacial em diversas cidades brasileiras, a partir do “boom” do mercado imobiliário, tendo em vista que o governo federal passou a incentivar a produção do setor imobiliário e da construção civil. A construção dos imóveis do Programa nas áreas periféricas desencadeou a periferização e novas frentes de expansão, com a ampliação do perímetro urbano.

Esses efeitos também se deixaram ver em João Pessoa, estando a cidade inserida nessa conjuntura e no “boom” imobiliário originado a partir desses investimentos do poder público para a produção habitacional pelo setor privado. A expansão da produção habitacional e a periferização da mesma passou a ter um novo protagonista: as mulheres trabalhadoras de baixa renda e chefes de família da cidade de João Pessoa.

Historicamente, as mulheres trabalhadoras de baixa renda, em especial, aquelas que vivem em situação de aluguel ou sem moradia, sofrem com seus filhos, com a falta de equipamentos públicos, serviços e transportes de qualidade nas cidades. Suas condições socioeconômicas são direcionadas, na sua maioria, aos trabalhos informais com salários inferiores ao dos homens e, muitas vezes, o local de moradia as exclui do direito à cidade (HEIN, CLEONICE & SANCHES, DEBORA, 2020).

A moradia para as mulheres não é apenas expressão de sua condição e posição na sociedade, mas torna-se fator condicionante para o acesso a outras estruturas sociais. A habitação deve ser considerada como um recurso necessário, pois facilita o acesso à saúde, educação, ao trabalho e a uma vida digna (MOLINA, 2006).

## **1. Histórica omissão da desigualdade de gênero no acesso a habitação**

A omissão do Estado diante da desigualdade da relação social de gênero no acesso a moradia é, injustamente, histórica. Ela tem a ver com as bases patriarcais que o configura e dá

---

<sup>3</sup> O Fundo de Arrendamento Residencial – FAR teve atuação nas regiões metropolitanas para municípios com população superior a 50 mil habitantes (SANTOS, 2020).

<sup>4</sup> O Fundo de Desenvolvimento Social - FDS é destinado ao financiamento de projetos de investimentos de relevante interesse social nas áreas de habitação popular, saneamento básico, infraestrutura urbana e equipamentos comunitários (SANTOS, 2020).

<sup>5</sup> A fonte de recurso para as Faixa 2 e 3 advém do FGTS, sendo o principal diferenciador o rendimento família, que pode abranger famílias com renda mensal entre 3 (três) a 10 (dez) salários mínimos (SANTOS, 2020).



forma às suas instituições, políticas e marcos regulatórios. A cidade, em sua conformação e dinâmica espacial, atribui padrões e relações sociais que acabam por reproduzir o lugar da mulher na sociedade, enfatizando a falsa dicotomia do público/privado. A compreensão das relações entre homens e mulheres, de acordo com Gerder Lerner (2019, p. 290), é explicada pelos “papéis e comportamentos considerados apropriados aos sexos que eram expressos em valores, costumes, leis e papéis sociais”.

Para a autora, o desenvolvimento da agricultura promoveu a “troca de mulheres”. Nesse período, as mulheres passaram a ser propriedades adquiridas por homens tanto quanto as terras adquiridas por eles. As mulheres eram trocadas ou compradas em casamentos para beneficiar as suas famílias (LERNER, 2019).

Com o processo de escravidão, os serviços sexuais das mulheres passaram a fazer parte da sua mão de obra, e seus filhos passaram a ser propriedades dos seus senhores.

Dessa forma, a escravidão de mulheres, combinando tanto o racismo quanto o machismo, precedeu a formação de classes e a opressão de classes. As diferenças de classes foram, em seu início, expressas e constituídas em termos de relações patriarcais (LERNER, 2019, p. 291).

A classe para os homens tem como base as relações com os meios produtivos. Os proprietários dos meios de produção dominavam os seus subordinados e adquiriam as mulheres como mercadoria para serviços sexuais. Para serem ou não de uma determinada classe, as mulheres dependem dos meios produtivos e recursos adquiridos pelos homens, sendo mediadas por seus vínculos sexuais (LERNER, 2019).

Considerando a história das mulheres na sociedade desde sua origem, elas sempre assumiram papéis e lugares específicos nos espaços públicos ou privados, com diversas formas de violência política, econômica e cultural, que perpassam gerações e entrelaçam as perspectivas de raça, classe social e gênero.

Ainda que homens e mulheres possam compartilhar da mesma situação de classe, vivenciam seu dia a dia de maneiras diferentes, devido à dimensão que constitui o que é chamado de experiência de gênero. Esta atribui a homens e mulheres lugares diferenciados no mundo perante relações de poder, que conferem, historicamente, ao homem uma posição dominante (CAMPOS, 2019 *apud* MACEDO, 2002).

A partir da compreensão da desigualdade de gênero nas relações sociais, é possível voltar o olhar sobre os processos que são construídos e que constituem os sujeitos sociais no contexto urbano. Nesse sentido, fazemos uma reflexão em torno das condições sociais entre homens e mulheres na produção e reprodução do espaço da cidade.

Entende-se que as mulheres não dispõem das mesmas condições que os homens para enfrentar os problemas ocorridos na vida urbana, principalmente aquelas que estão inseridas no segmento da população de baixa renda. Para Campos (2019), há uma concentração de poder e recursos econômicos pelos homens, sobretudo no que se refere ao acesso e à propriedade privada da terra, da moradia e de outros bens materiais.

Nessa perspectiva, homens e mulheres possuem acessos desiguais na aquisição da propriedade da terra e da moradia no espaço urbano, conseqüentemente, necessidades diferenciadas no seu cotidiano.

A Figura 1, mostra o acesso diferenciado entre homens e mulheres à propriedade das unidades habitacionais (moradias) da política de habitação dos conjuntos entregues pelo Banco Nacional de Habitação - BNH<sup>6</sup>, a partir de 1960 a 1986 em João Pessoa.

Estes dados mostram que a titularidade das unidades habitacionais de políticas públicas de habitação, anteriores ao PMCMV, tinham como predominância a propriedade masculina da habitação. Como visualizamos na Figura 1, em todos os conjuntos habitacionais construídos na cidade de João Pessoa pelo BNH, os homens tiveram maiores porcentagens na propriedade (titularidade) das unidades habitacionais.

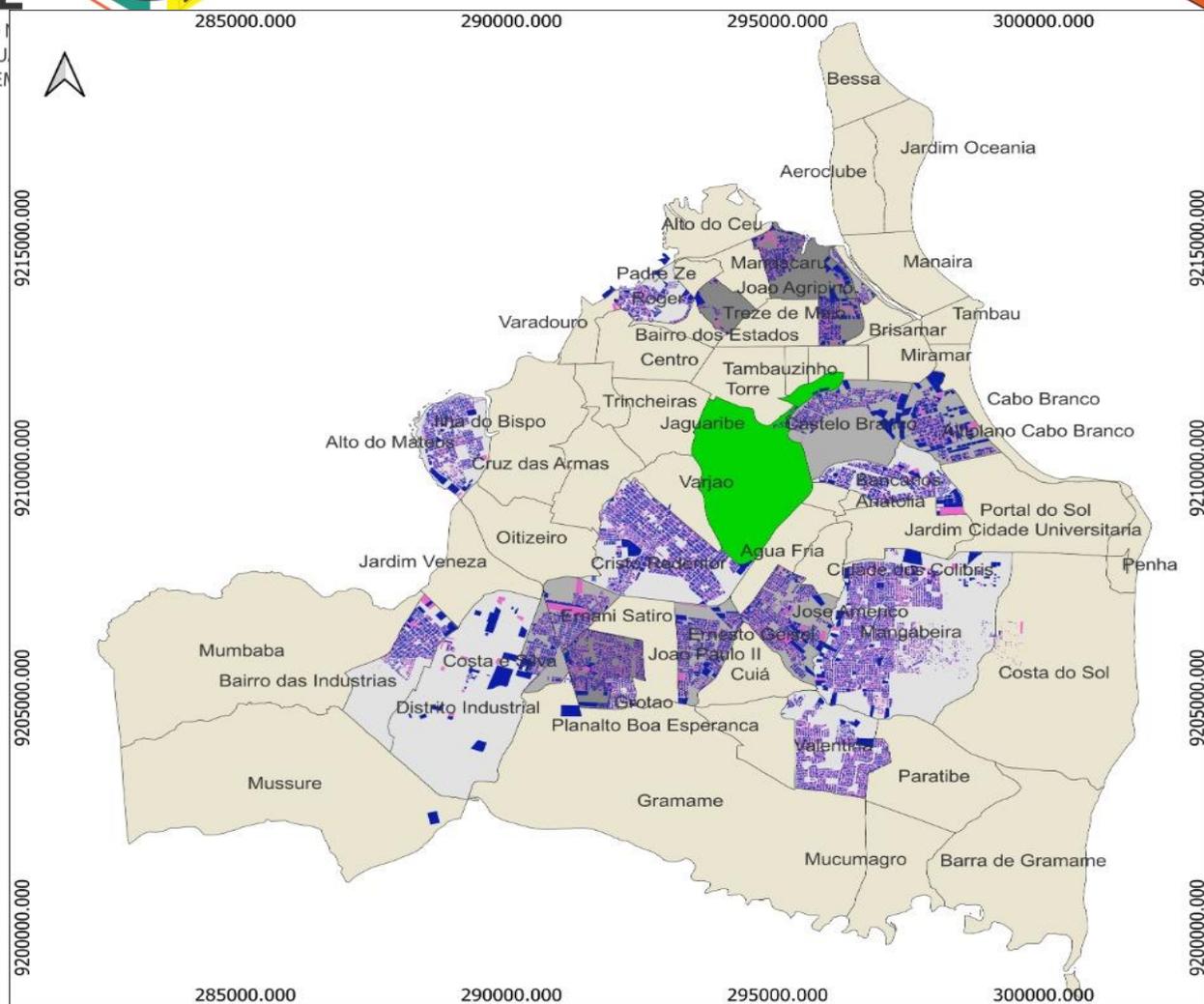
A trama histórica da apropriação privada da terra e da moradia no espaço urbano periférico em João Pessoa, antes da implantação do PMCMV, mostra como a cidade é generificada. Mostra também que isso só é possível através da ação do poder público, do Estado, que, omitindo as desigualdades sociais de gênero, reforça sua permanência, criando e recriando espaços para sua reprodução e naturalização.

Se considerarmos a desigualdade no acesso a moradia que sofreram e sofrem grande parte mulheres – junto à falta de acesso a bens e serviços básicos para a sobrevivência própria e de seus filhos e filhas –, a desigualdade de gênero, e logo a injustiça social, apenas se amplia.

É por isso que entendemos como papel do Estado na minimização e correção desses erros históricos, que estão na base de grande parte das múltiplas violências contra as mulheres no país.

---

<sup>6</sup> O BNH foi uma instituição financeira criada em 1964 e atuou até 1986. Durante o governo militar no Brasil, período em que havia uma demanda crescente por habitação devido ao rápido crescimento urbano e a migração da população para as cidades. Seu principal objetivo era fornecer recursos para a construção de habitações populares, facilitando o acesso à moradia para a população de baixa renda. O BNH desempenhou um papel importante na promoção da habitação popular no Brasil durante seu período de existência.



### Conj. Habitacionais - BNH

- Conj. Habitacionais 1960
- Conj. Habitacionais 1970
- Conj. Habitacionais 1980

### Lotes por Gênero

- Feminino
- Masculino

### LEGENDA

- Bairros
- Mata do Buraquinho

### ESPECIFICAÇÕES CARTOGRAFICAS

Sistema de Projeção Geografica (SIRGAS2000)

VALE, Katia Cristina. Gênero e espaço urbano: Política pública de habitação popular e acesso das mulheres trabalhadoras à moradia em João Pessoa, Brasil. Tese de Doutorado PPGG/UFPB, 2023

FONTE:

- Prefeitura Municipal de João Pessoa, 2017

ELABORAÇÃO:

Luiz Felipe Sena e Katia do Vale

Figura 1 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL TITULARIDADE FEMININA E MASCULINA NOS CONJUNTOS HABITACIONAIS ENTREGUES PELO BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO (BNH), 1960-1980



## 2. Políticas de titularidade residencial feminina no espaço urbano de João Pessoa

A habitação é um bem especial produzido dentro da lógica de mercado do sistema capitalista. Isso porque está ligada ao valor do uso da terra urbana, ou seja, cada nova moradia pede um novo pedaço de terra para a sua construção. Contudo, para que uma moradia seja edificada, não se trata de qualquer tipo de terra, mas sim daquelas que têm o acesso aos serviços e infraestrutura básicos, como rede de água, energia, esgoto, acesso ao transporte público, educação, saúde, lazer etc.

Neste contexto, a habitação exerce importância qualitativa e quantitativa no espaço construído das cidades. São múltiplos os termos utilizados para a sua denominação, como “casa”, “moradia”, “habitação” e “conjuntos habitacionais”. Todos, apesar de soarem como sinônimos, apresentam certas características peculiares.

De acordo com Yanna Saraiva (2020, p. 24 apud MARTUCCI, 1990)

[...] a “casa” expõe muito mais o “ente físico”, ou melhor, a forma perceptível propriamente dita, a “moradia” se caracteriza como sendo a casa mais os “hábitos de uso da casa”, ou seja, o “modo de vida dos usuários”. A “habitação”, por sua vez, seria conceituada como a inclusão da casa e da moradia a superfície do espaço urbano. Nessa construção, os conjuntos habitacionais podem ser expostos como uma forma de habitação particular, definida, de modo geral, por enquadrar um grupo de casas, inicialmente padronizadas, de construção do tipo vertical (apartamentos) ou horizontal, oriundas ou não da ação feita do Estado via políticas habitacionais.

A política habitacional analisada é o Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, foi criada em um contexto em que o Governo Federal se caracterizava pela especificidade de maior aproximação da sociedade civil e incorporação de demandas sociais de grupos com pouca visibilidade no campo político.

O PMCMV criou condições para facilitar o acesso a moradia daquelas e daqueles que nunca tiveram acesso a esse bem, especialmente das famílias com rendas mais baixas. Todavia, como colocam Wilma Lucena e Doralice Sátiro Maia (2016, p. 02), “para acelerar a produção de cidades cada vez mais desiguais”.

A cidade de João Pessoa é fruto dessa política habitacional que produz cada vez mais desigualdade, uma vez que facilitou o acesso a moradia para parte da população, privilegiando-se, no entanto, as periferias para a localização das unidades habitacionais. E, no caso de João Pessoa, selecionou-se a periferia da periferia para localizar os empreendimentos do Faixa 1 do PMCMV.

Segundo dados da CEF (2018), a cidade de João Pessoa, desde o início do PMCMV, contratou para a construção do Faixa 1 mais de 10 mil unidades habitacionais, como podemos



observar nos dados apresentados na Tabela 1:

**TABELA 1 - NÚMERO DE CONTRATAÇÕES POR FAIXAS DO PMCMV E UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS E ENTREGUES EM JOÃO PESSOA, DE 2009 A 2018**

Quadro Faixa	Contratadas	UH concluídas	UH entregues
Faixa 1	<b>10.513</b>	7.921	5.653
Faixa 2	35.356	33.941	33.072
Faixa 3	5.277	2.079	1.815

Fonte: Caixa Econômica Federal (2018).  
Elaboração própria<sup>7</sup>.

Foi em 2009 que o PMCMV começou a priorizar o atendimento de mulheres e de suas famílias, concedendo o benefício social enquanto titulares do imóvel financiado. De acordo com pesquisa realizada pelo IPEA em parceria com o Ministério das Cidades (2014), no Brasil, a porcentagem de mulheres entre o número de beneficiários total corresponde a 87,1% dos contratos com a CEF do Faixa 1 do PMCMV (BRASIL, 2014).

De acordo com a publicação que expressa os resultados da pesquisa do IPEA, no Brasil como um todo, 77% das entrevistas realizadas foram com mulheres, e a condição mais frequente das entrevistadas na família é de chefia familiar (52%) (BRASIL, 2014). No mesmo estudo, os dados revelam que a proporção de mulheres entrevistadas na Paraíba foi de 80,6%, e a condição mais recorrente dessas mulheres na família é de chefia familiar, com 61,2% (BRASIL, 2014).

Ao mapear a localização dos empreendimentos residenciais onde moram essas mulheres na cidade de João Pessoa, observamos que estão situados quase que exclusivamente na zona sul da cidade, como mostra a Figura 2, com exceção do Residencial Novo São José, no bairro de Manaíra, Zona Leste da cidade.

As unidades habitacionais concluídas do PMCMV foram construídas em 13 empreendimentos<sup>8</sup>, somando um total de 7.921 imóveis até o ano de 2018. A Tabela 2 sistematiza os empreendimentos construídos na cidade, seguidos do número de unidades habitacionais por cada empreendimento e da sua localização por bairro na malha urbana de João Pessoa.

<sup>7</sup> Os dados da Caixa Econômica Federal (CEF) analisados até o momento da pesquisa foram coletados na página de Downloads (<https://www.caixa.gov.br/site/paginas/downloads.aspx>). Esses dados foram coletados no ano de 2019. Nos anos seguintes, foi possível verificar a inexistência dos mesmos na página. Entendemos, portanto, que os dados não foram atualizados e foram retirados.

<sup>8</sup> Segundo os dados da Caixa Econômica Federal de 2018.

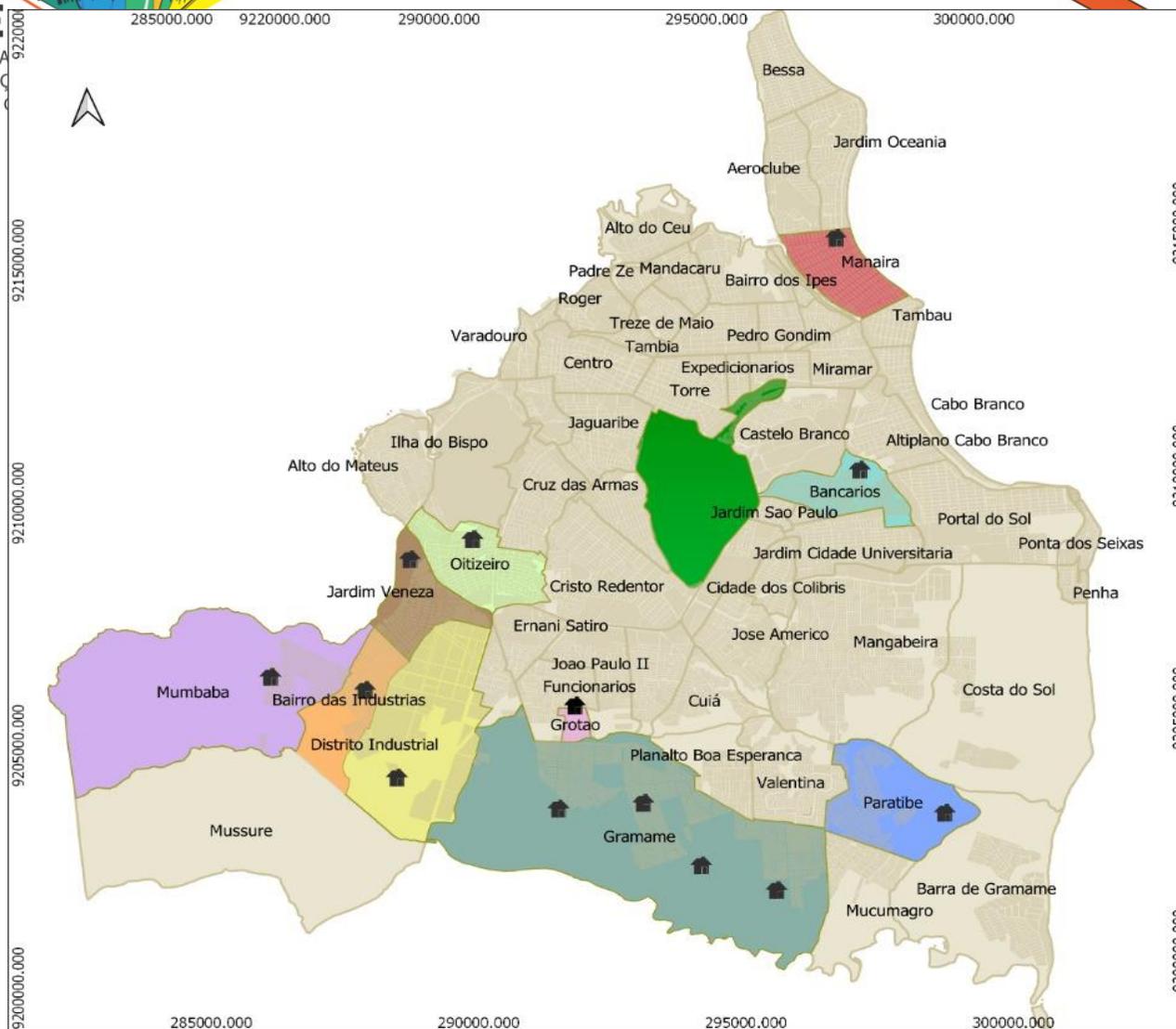
**TABELA 2 - EMPREENDIMENTOS E QUANTIDADE DE UNIDADES HABITACIONAIS CONCLUÍDAS DO PMCMV POR BAIRRO, EM JOÃO PESSOA (2009 - 2018)**

	<b>Nome do empreendimento</b>	<b>Quant. Habitacionais</b>	<b>Unidades</b>	<b>Bairros</b>
1	Cond. Resid. Solar das Mangueiras	165		Oitizeiro
2	Cond. Resid. Vista Verde	384		Mumbaba
3	Resid. Alvorada do Sul	256		Gramame
4	Resid. Colinas de Gramame	432		Gramame
5	Resid. Irmã Dulce	1.244		Gramame
6	Resid. Jardim Veneza	580		Jardim Veneza
7	Resid. Jardins das Colinas	288		Gramame
8	Resid. Manacá	244		Paratibe
9	Resid. Morada dos Hibiscos	224		Bancários
10	Resid. Anayde Beiriz	584		Distrito Industrial
11	Resid. Novo São José	336		Manaíra
12	Resid. Vista Alegre	2.016		Grotão
13	Resid. Vieira Diniz	992		Bairro das Industrias

Fonte: Caixa Econômica Federal (2018).  
Elaboração própria

Estudos sobre o PMCMV na cidade de João Pessoa apontam para o um padrão de localização utilizado como incentivador da desigualdade socioespacial dos beneficiários, ou seja, o programa expande os limites urbanos e as limitações dos moradores no acesso aos serviços urbanos.

De forma geral, os empreendimentos da Faixa 1 do Programa foram implantados em áreas periféricas descontínuas do tecido urbano, marcadas pela ausência de infraestrutura, equipamentos e serviços, ampliando as desigualdades socioespaciais das famílias moradoras no seu cotidiano.



**Residenciais do PMCMV - Faixa 1**

- Resid. Alvorada do Sul
- Resid. Jardins das Colinas
- Resid. Irmã Dulce
- Resid. Colinas de Gramame
- Resid. Anayde Beiriz
- Resid. Morada dos Hibiscos
- Resid. Manaca
- Cond. Resid. Solar das Mangueiras
- Resid. Novo São José
- Resid. Jardim Venezia
- Cond. Resid. Vista Verde
- Resid. Vieira Diniz
- Resid. Vista Alegre

**LEGENDA**

- Quadras
- Bairros
- Vegetação

**ESPECIFICAÇÕES CARTOGRAFICAS**

Sistema de Projeção Geografica (SIRGAS2000)

VALE, Katia Cristina. Gênero e espaço urbano: Política pública de habitação popular e acesso das mulheres trabalhadoras à moradia em João Pessoa, Brasil. Tese de Doutorado - PPGG/UFPB, 2023

FONTE:  
- Prefeitura Municipal de João Pessoa  
- Caixa Econômica Federal

ELABORAÇÃO:  
Luiz Felipe Sena e Katia do Vale

Figura 2 - MAPA DE LOCALIZAÇÃO DOS EMPREENDIMENTOS DO PMCMV EM JOÃO PESSOA, 2018



As pesquisas denunciam problemas centrais, como o grande número de residenciais já construídos, porém sem infraestrutura, que reforçam a reprodução do espaço periférico, a segregação socioespacial, a elevação do valor da terra. Autoras e autores, como Phillipe Silva (2015), Eliane Santos (2019), Doralice Maia (2014 e 2022), Wilma Lucena (2022) e Paula Martins (2019), destacam-se por promover uma reflexão da política habitacional do PMCMV, mostrando que há uma problemática referente à localização dos empreendimentos e seus processos de periferização.

Esse processo da continuidade é iniciado na década de 1960, como aponta Paula Martins (2019, p. 110): “a cidade de João Pessoa apresenta neste início de século XXI um quadro de segregação socioespacial que teve origem ainda na década de 1960”. Ele teve sua ampliação a partir da implementação do PMCMV, com seu padrão de localização de empreendimentos, na sua ampla maioria, na periferia.

### **3. O acesso à política pública de habitação das mulheres trabalhadoras: Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) em João Pessoa**

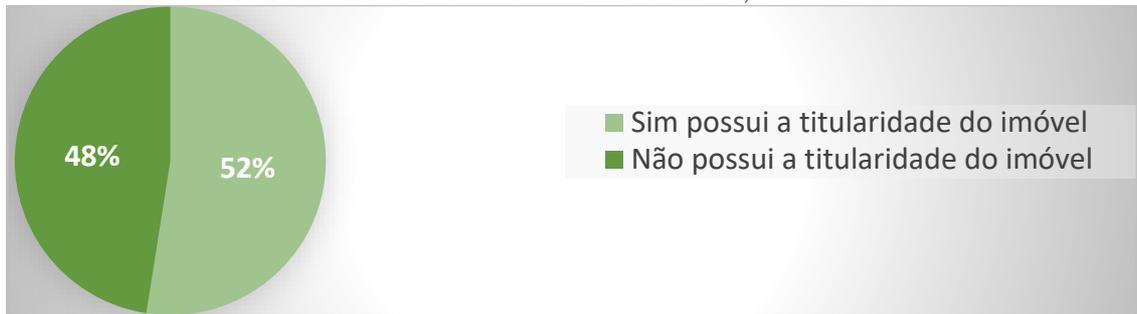
No tocante à política de habitação do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV com titularidade feminina, trata-se de uma poderosa lei que beneficia as mulheres e reconhece a efetivação do seu direito à moradia. Os dados apresentados a seguir nos ajudam a entender as características das famílias beneficiadas pelo Programa na cidade de João Pessoa.

Durante o período de 2009 a 2017, foram construídos 7 (sete) empreendimentos do PMCMV: 1 - Residencial Multifamiliar Anayde Beiriz (Bairro do Distrito Industrial); 2 - Residencial Irmã Dulce (Bairro de Gramame); 3 - Residencial Jardim Veneza (Bairro Jardim Veneza); 4 - Residencial Jardins das Colinas (Bairro de Gramame); 5 - Residencial Manacá (Bairro Paratibe); 6 - Residencial Morada dos Hibiscos (Bairro dos Bancários); e 7 - Residencial Vieira Diniz (Bairro das Indústrias).

Todavia, a pesquisa de campo revelou-nos que a titularidade feminina dos empreendimentos no grupo selecionado é de 52% dos imóveis, sendo que 48% não participaram do cadastro, como mostra o Gráfico 1. Das mulheres não titulares, 25% adquiriram os imóveis por repasse, 55% moram de aluguel e 20% em imóveis emprestados por outra mulher, como a mãe, sogra ou algum familiar próximo.



**GRÁFICO 1 - PERCENTUAIS DE MULHERES PARTICIPANTES DA PESQUISA MORADORAS DE RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, SEGUNDO TITULARIDADE DOS IMÓVEIS, 2022**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Esse dado é relevante, principalmente para mostrar que as políticas e programas de habitação popular têm que favorecer a localização das famílias chefiadas por mulheres pobres em áreas mais centrais ou melhor comunicadas, para atender suas necessidades na produção e reprodução no espaço urbano. Mas também por mostrar que uma política habitacional proporciona segurança às mulheres e aos seus filhos, que, muitas vezes, eram colocados para fora de casa após uma separação, uma situação de violência doméstica, por não terem uma renda para pagar o aluguel de uma moradia. Agora, essas mulheres possuem um imóvel em seu nome.

A análise das relações de trabalho sinaliza as diferenças no nível de acesso ao espaço urbano e, conseqüentemente, o grau de autonomia e vulnerabilidade das mulheres, dentro e fora do lar, ao se observarem os tipos de trabalhos exercidos pelas mulheres entrevistadas, os locais e a jornada de trabalho, forma de transporte utilizado para o deslocamento e a renda mensal e a renda familiar obtidas.

A primeira verificação em relação ao acesso ao trabalho está relacionada à localização dos residenciais do PMCMV, construídos em áreas periféricas, refletindo nas condições e relações de trabalho das moradoras, já que essas localidades se apresentam sem potencial de oferecer postos de trabalho no seu entorno imediato.

Nos residenciais do PMCMV estudados, 40% das entrevistadas exercem alguma atividade remunerada, e 60% declaram não exercer nenhuma atividade remunerada. Entre as mulheres que afirmaram não exercer atividade remunerada, 45% declaram-se como donas-de-casa; 35% como desempregadas – isto é, um fator conjuntural não estarem inseridas no mercado de trabalho –; 16% como aposentadas; 3% recebem auxílio doença dos filhos, e 1% pensão do ex-marido.



O acesso ao trabalho com carteira assinada ou a um serviço público, ou seja, recebendo os direitos trabalhistas, corresponde a 22% das entrevistadas. Destas, 29% são em empresa privada e 19% em serviço público.

O trabalho sem carteira assinada é expressivamente superior (78%) entre as mulheres, reafirmando a informalidade e a precariedade das relações de trabalho feminino. As atividades remuneradas informais são a única opção de geração de renda autônoma para muitas que, sozinhas, cuidam dos seus filhos.

As mulheres que trabalham sem carteira assinada, ou seja, autônomas, são: vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza, comércio na residência, como brechós, mercadinhos e bares (21%); agricultoras (2%); cuidadoras de idosos e crianças (3%); diaristas/faxineiras (23%); empregadas domésticas (1%); e trabalhadoras da indústria da reciclagem (3%).

Os rendimentos mensais obtidos pelo trabalho das mulheres mostram que 48% recebem menos de 1 salário mínimo; 40% recebem 1 salário mínimo; e 10% recebem até 2 salários mínimos. Constatamos que 67% das entrevistadas são as principais provedoras da moradia, uma vez que são responsáveis pela principal renda do domicílio.

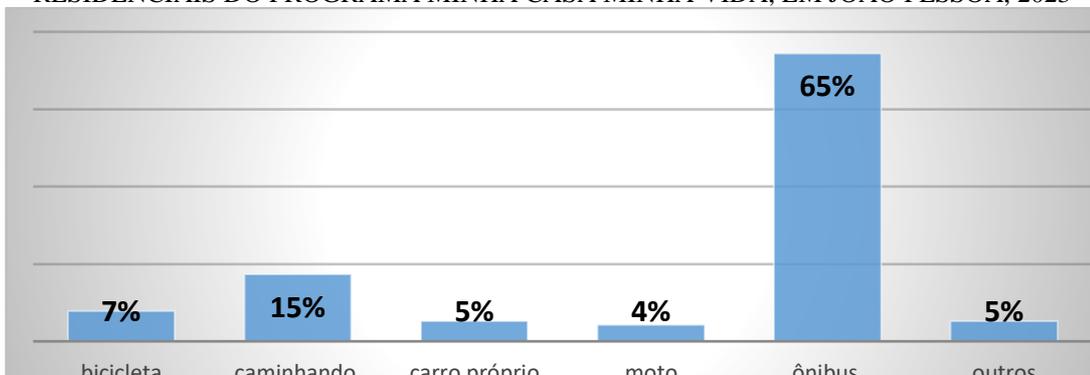
A precariedade do trabalho feminino é visível nos dados apresentados e estão constantes nos trabalhos vinculados à informalidade, concomitante aos baixos rendimentos mensais e aos baixos níveis de educação formal. No entanto, 71% dessas mulheres declararam receber outra renda proveniente de programas sociais (30%), cônjuge (29%), aposentadoria de idosos e auxílio doença (8%) e outros (5%).

Das entrevistadas que não têm sua renda como basilar no domicílio, 49% declararam como principal renda os subsídios de programas sociais, 32% a renda do cônjuge, 5% aposentadoria e 14% outros.

O principal meio de deslocamento que as entrevistadas utilizam para chegarem ao trabalho é o ônibus (65%). Essa porcentagem é menor para o deslocamento a pé, tendo em vista que 15% utilizam a caminhada para se locomoverem; o uso de bicicleta é de 7%; carro próprio, 5%; moto, 4%; e outros, 5%, como mostra o Gráfico 2.



**GRÁFICO 2 - FORMAS DE DESLOCAMENTO AO TRABALHO DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA, EM JOÃO PESSOA, 2023**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

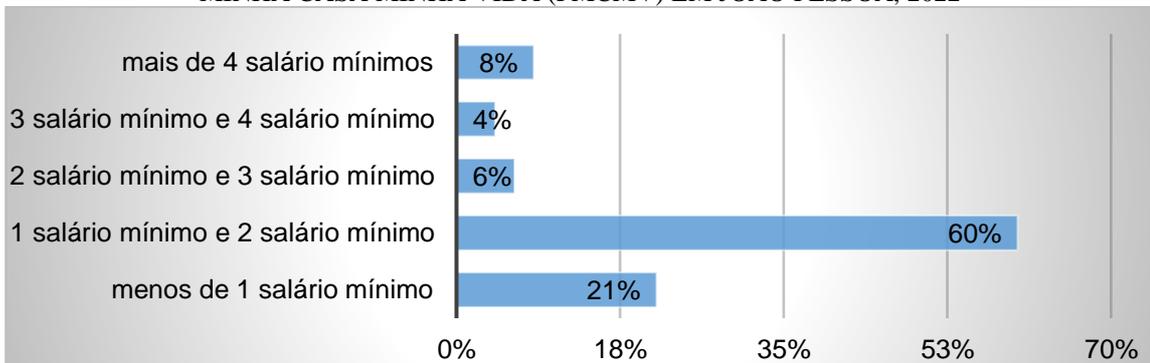
O tempo gasto no transporte público no cotidiano das mulheres representa um entrave ao acesso ao sistema urbano. A localização dos residenciais e o acesso ao transporte público somado ao tempo do deslocamento, segue a lógica da construção de habitação de interesse social no padrão da produção capitalista da cidade.

Segundo Helena Hirata (2019), na mobilidade para a produção e reprodução da vida, as mulheres são mais afetadas do que os homens, porque, em geral, as mulheres fazem não só o trabalho produtivo como também são as principais responsáveis pelo trabalho reprodutivo. Ou seja, o número de deslocamentos realizado pelas mulheres é mais intenso que o dos homens. Elas são as responsáveis por levarem os filhos para creches e escolas, para atendimento médico, por realizarem as compras da casa etc.

Através da renda obtida pelas mulheres, somada aos outros rendimentos, como a renda cônjuge, bolsa família, aposentadoria etc, calculamos a renda familiar. Das entrevistadas, 21% têm renda familiar com menos de 1 salário mínimo; 60%, 1 salário mínimo a 2 salários mínimos; e 8%, mais de 4 salários mínimos (Gráfico 3). As famílias que recebem mais de 4 salários mínimos são aquelas em que os filhos estão exercendo atividade profissional, ou seja, estão no mercado de trabalho.



**GRÁFICO 3 - RENDA FAMILIAR DAS ENTREVISTADAS DOS RESIDENCIAIS DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA (PMCMV) EM JOÃO PESSOA, 2022**



Fonte: Pesquisa de Campo, 2022

Em pesquisa de campo, identificamos a diferença de renda, estrutura física e organização dos residenciais. As famílias que possuem maior renda moram no residencial Morada dos Hibiscos. O residencial Jardim Veneza, Vieira Diniz e Manacá são compostos por famílias que têm as menores rendas. Entende-se que essa diferença de renda está associada ao valor da terra urbana agregado à localização dos residenciais.

Os dados, em geral, revelam que grande parte das mulheres dos residenciais são pobres, porque estão inseridas no trabalho precarizado e flexibilizado, desempregadas, baixo nível de escolaridade e sobrecarregada de trabalho doméstico. O que, ao tempo indica que sua participação no trabalho precário e mal remunerado esteja associado à condição de pobreza e sobrevivência familiar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A falta de moradia para as mulheres dá-se em função de um conjunto de fatores históricos que estão ligados a divisão sexual do trabalho, a desigualdade salarial que condicionam a mulher a renda mais baixa que a dos homens, inclusive entre aquelas que estão em atividade no mercado de trabalho. Assim, dificultando o acesso ao crédito para adquirir uma propriedade.

Os dados desta pesquisa revelam que na cidade de João Pessoa/PB, existem um acesso diferenciado das mulheres a moradia no espaço urbano. No qual, o percentual de titularidade masculina é predominante nas unidades habitacionais em todos os conjuntos construídos pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) (1960 a 1986).

Nesta perspectiva, a titularidade das unidades habitacionais de políticas públicas de habitação, anteriores ao Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), tinham como maior número a propriedade da habitação no nome do homem. Assim, entende-se que uma concentração de recursos econômicos pelos homens que possibilita o acesso a bens materiais sobretudo a propriedade privada da terra e da moradia.

Historicamente, as condições econômicas e sociais das mulheres são voltadas, na sua maioria, aos trabalhos informais e precários com salários baixos e, muitas vezes, a localização da moradia as exclui do direito a cidade. Para as mulheres a moradia é um fator condicionante para o acesso a outras estruturas sociais.

Quando refletimos sobre o acesso das mulheres a uma política pública de habitação com titularidade feminina é necessário, levarmos em conta, os elementos fundamentais para garantia do direito à moradia adequada na realização das atividades do cotidiano e na efetivação de outros direitos.

A titularidade feminina, faz parte da política de habitação do PMCMV, que beneficia as mulheres e reconhece a efetivação do seu direito. Na pesquisa de campo, constatamos que a titularidade feminina na totalidade das mulheres entrevistadas tem maior porcentagem entre as mulheres (52%). Sendo, relevante mostrar que a política de habitação do PMCMV proporciona segurança das mulheres e aos seus filhos à moradia e a certa autonomia feminina. Mas, é necessário que a construção de unidades habitacionais seja em localidades mais centrais para atender as demandas e necessidades específicas das mulheres na produção e reprodução no espaço urbano.

Os residenciais foram construídos distantes das áreas centrais, sendo localizados nos limites da cidade. Quando as unidades habitacionais foram entregues as mulheres e suas famílias, ao redor existia uma vasta área para a valorização sem a presença de equipamentos e serviços urbanos necessários. Com o passar dos anos, foram construídos escolas, creches e posto de saúde, mas há uma precariedade nos serviços oferecidos.

Sabemos que a presença dos equipamentos e serviços urbanos são relevantes para as mulheres exercerem suas funções sociais, como ter acesso ao mercado de trabalho deixando os filhos em creches e escolas, acesso a saúde e ao lazer.

O trabalho para as mulheres que moram na periferia se constitui como estratégia de sobrevivência para elas e suas famílias. É em torno deste que se processa sua trajetória de vida e, em alguns casos, explica a condição das famílias monoparentais femininas.



O trabalho feminino também representa um valor moral que gera dignidade e honestidade, mas remete, as mulheres a prática de exploração, precarização do trabalho presentes na instabilidade, salários baixos, ausência de direitos trabalhistas e informalidade.

As condições atuais de vida dessas mulheres revelam a precariedade no trabalho exercido sem carteira assinada, ou seja, autônomas como as vendedoras de salgados, caldos, produtos de beleza, comércio na residência como brechós, mercadinhos e bares, agricultoras, cuidadoras de idosos e crianças, diaristas/faxineiras, empregadas domésticas e trabalhadoras da indústria da reciclagem.

A trajetória de vida dessas mulheres é marcada pela pobreza, pelos baixos níveis de escolaridade e de especialização, o que acaba proporcionando uma situação contínua de desfavorecimento em termos das chances de exercer alguma atividade remunerada que proporcione melhores salários e direitos trabalhistas.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMORE, Caio Santo. “Minha Casa Minha Vida” para iniciantes. In: AMORE, Caio Santo, SHIMBO, Lúcia Zanin, RUFINO, Maria Beatriz (Org.). **Minha casa... e a cidade? avaliação do programa minha casa minha vida em seis estados brasileiros**. 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2015

BRASIL. **ESTATÍSTICA DE GÊNERO: uma análise dos resultados do Censo Demográfico 2010**, IBGE: Rio de Janeiro, 2014

BRASIL. Ministério das Cidades/Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. **Pesquisa de satisfação dos beneficiários do Programa Minha Casa Minha Vida**. Brasília, DF: MCIDADES; SNH; SAE-PR; IPEA, 2014

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Direito à moradia adequada**. – Brasília: Coordenação Geral de Educação em SDH/PR, Direitos Humanos, Secretaria Nacional de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos, 2013

CAMPOS, Mariana de Lima. A TITULARIDADE FEMININA EM PROGRAMAS HABITACIONAIS E A CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: UMA ANÁLISE SOBRE O PROGRAMA MINHA CASA, MINHA VIDA (PMCMV). **Prelúdios**, Salvador, v. 8, n. 8 p. 35-60, jul./dez. 2019

HEIN, Cleonice Dias dos Santos; SANCHES, Debora. **Mulheres da união em luta: na construção do direito à cidade**. - 1. ed. -- São Paulo: 2020.

HIRATA, Helena. O TRABALHO DE CUIDADO. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v.13 n.24,pg 53 – 64, 2016. Disponível em: <https://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2017/02/5-sur-24-por-helena-hirata.pdf>. Acesso em:20/01/2021

HIRATA, Helena. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: Divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparativa. **Análise**, nº 7, 2015. Disponível em: <https://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/12133.pdf>.



KLINTOWITZ, Danielle. Por que o Programa Minha Casa Minha Vida só poderia acontecer em um governo petista?. **Caderno Metropole**. São Paulo, v. 18, n. 35, pp. 165-190, abr 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/2236-9996.2016-3508>. Acesso em: agosto de 2021

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. São Paulo: Cultrix, 2019.

LUCENA, Wilma Guedes de. **A produção do espaço urbano da cidade de Patos/PB: do BNH ao programa minha casa minha vida**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

LUCENA, Wilma Guedes de; MAIA, Doralice Sátyro. **Habitação e expansão urbana: análise do programa minha casa minha vida nas cidades de Campina Grande, PB E Caruaru, PE** 2016. Disponível em: [http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468205160\\_ARQUIVO\\_Wilma\\_Doralice\\_trabalho\\_completo\\_ENG2016\\_vfinal.pdf](http://www.eng2016.agb.org.br/resources/anais/7/1468205160_ARQUIVO_Wilma_Doralice_trabalho_completo_ENG2016_vfinal.pdf). Acesso em:

MAIA, Doralice Sátyro. Desigualdades socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias brasileiras: notas introdutórias. In: CALIXTO; M. J. M.; MAIA, D. S.; SPINELLI, J.. (Org.). **Desigualdade socioespaciais, dinâmica imobiliária e o Programa Minha Casa Minha Vida em cidades médias**. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2022

MAIA, Doralice Sátyro. Habitação popular e o processo de periferização e de fragmentação urbana: uma análise sobre as cidades de João Pessoa-PB e Campina Grande-PB. **Geosul**, Florianópolis, v. 29, n. 58, p 89-113, jul./dez. 2014

MARTINS, Paula Dieb. **O imobiliário e a reestruturação urbana: a cidade de João Pessoa/PB no século XXI**. Tese (Doutorado), PPGAU/UFPB - João Pessoa, 2019.

MOLINA, Irene. Introduccion: Estudios de espacio y género - desde la cuenta de cuerpos hasta las intersecciones del poder. IN: **Rompiendo Barreras: género y espacio em el campo y la ciudad**. Santiago de Chile: Ediciones El Tercer Actor, 2006

SANTOS, Eliane Campos dos. Política Pública Habitacional: O Programa Minha Casa Minha Vida em João Pessoa – PB. **XIII ENANPEGE** – São Paulo, 2019. Disponível em: [http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562602170\\_ARQUIVO\\_POLITICAPUBLICAHABITACIOAIOPROGRAMAMINHACASAMINHAVIDAEMJOAOPESSOA.pdf](http://www.enanpege.ggf.br/2019/resources/anais/8/1562602170_ARQUIVO_POLITICAPUBLICAHABITACIOAIOPROGRAMAMINHACASAMINHAVIDAEMJOAOPESSOA.pdf). Acesso em: agosto de 2021

SANTOS, Eliane Campos. **O Programa Minha Casa Minha Vida e a expansão Urbana na Zona Sul da cidade de João Pessoa: Uma análise do Bairro Gramame**. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia – UFPB, João Pessoa, 2020

SARAIVA, Yanna Débora Ferreira. **Política Habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida em relação ao seguimento financeiro dos inscritos no município de Crato-CE**. Monografia (Curso de Graduação em Serviço Social) / CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO – UNILEÃO, 2020

SILVA, Phillipe. **Minha propriedade, minha vida: as interfaces entre o direito à cidade e a política habitacional na cidade de João Pessoa-PB**. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Ciências Jurídicas do Centro de Ciências Jurídicas/ UFPB- João Pessoa, 2015